

EDITORIAL

VINTE ANOS DE EXISTÊNCIA **Centro de Estudos Ambientais, UNESP**

Completando mais um número desta revista, comemorando os 20 anos de Existência oficial do CEA e lendo os textos a serem publicados, naturalmente meus pensamentos fazem retrospectiva para 23 anos atrás. O Brasil e mais especificamente o Estado de São Paulo engatinhava nas questões ambientais. Nas reuniões periódicas “Universidade e Meio Ambiente” do Ministério do Meio Ambiente, naquelas do CONSEMA, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e nas preparatórias para a realização da ECO-RIO/92, a linguagem e os conceitos utilizados estão muito distantes dos textos a serem publicados neste número. Atualmente, embora as decisões e implantações para a melhoria da qualidade ambiental ainda serem morosas, as questões científicas e a gestão ambiental têm crescido satisfatoriamente.

No passado, o meio ambiente era predominantemente visto como acessório do desenvolvimento, e não como parte intrínseca dele. A poluição e os impactos ambientais do desenvolvimento desordenado eram visíveis, mas os benefícios das atividades inerentes à industrializações justificavam o uso de recursos naturais e a degradação ambiental, algo com que se deveria resignar.

Os temas predominantes eram: o fomento à exploração dos recursos naturais; desbravamento do território; saneamento rural; educação sanitária e os embates entre os interesses econômicos internos e externos. A legislação que dava base a essa política era formada pelos seguintes códigos: de águas (1934), florestal (1965) e de caça e pesca (1967). Não havia, no entanto, uma ação coordenada de governo ou uma entidade gestora da questão.

A ótica anterior preventiva da política ambiental foi substituída por uma integradora de caráter transdisciplinar, combinando os aspectos econômicos e sociais com os ambientais, buscando a forma racional do uso dos recursos naturais e a conservação ambiental, com vistas à preservação das gerações futuras.

Em 1988 ocorreu o lançamento da “Pedra Fundamental” do CEA, no campus de Rio Claro e foi realizado o I Encontro Internacional de Estudos de Impactos Ambientais, na atual Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”. Neste evento estiveram personalidades de destaque, realizando palestras e debates onde foram registrados diagnósticos e previsões sobre as questões ambientais e suas gestões. Ao mesmo tempo foi lançada a proposta de criação do Centro de Estudos Ambientais (CEA) da UNESP, como uma ação pioneira não somente institucional, mas também a nível nacional.

Quando o CEA foi oficialmente criado e sua diretoria instalada, em 1990, neste mesmo ano, houve a regulamentação da Lei 6938/81 por meio do decreto 99.274, e suas modificações posteriores, que explicava o procedimento para o licenciamento ambiental, prescrevendo que o prévio licenciamento de atividades e obras utilizadoras dos recursos ambientais seria feito pelos devidos órgãos estaduais competentes, incluindo o técnico e o político, cabendo ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) fixar os critérios básicos exigidos

para os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

O CEA participou intensamente do período pré-ECO-RIO/92, principalmente da preparação do relatório estadual que iria compor a elaboração do nacional para a definição das posições brasileiras pela Comissão Interministerial do Meio Ambiente, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores. Como resultado das discussões desse evento, o controle da poluição industrial e da gestão do ambiente urbano foi priorizado como uma questão de cidadania local, dos governos locais e do mercado de crédito e tecnologias. A água para consumo humano, o ar, contaminação dos alimentos, lixo e outros resíduos, áreas verdes, recreação e lazer ou o silêncio de que se desfruta, agora seriam problemas do mercado e da cidadania, a ser provida pelos governos locais.

A política ambiental brasileira propriamente dita se desenvolveu de forma tardia em relação às demais políticas setoriais do país e em função das pressões externas dos países desenvolvidos. A Lei de Crimes Ambientais, por exemplo, não chega a completar uma década de existência. Hoje o enfoque tende à obtenção da interação sócio-ambiental para se obter uma integração efetiva das diferentes dimensões da sociedade com a natureza, produzindo compreensão ampla das repercussões ambientais sobre a vida social. Sempre enfatizei que medicina preventiva, nada mais é do que melhoria da qualidade ambiental. Assim, a primeira comissão participativa do CEA foi composta com um de seus membros, o representante da Medicina do campus de Botucatu, isto em 1989. Outra vez marcando seu pioneirismo.

A Política Ambiental brasileira, no entanto, não foi abordada, sob uma ótica integrada às demais áreas com elas relacionadas, como saúde e saneamento. Essas áreas, que foram alvo de políticas setoriais próprias, exercem e sofrem impactos extremamente visíveis sobre o meio ambiente. Para se ter uma idéia, o lançamento de esgoto a céu aberto é, segundo o IBGE, hoje, a degradação ambiental mais freqüente nas cidades brasileiras, o que gera, por consequência, um impacto negativo na saúde coletiva, especialmente a infantil.

A semelhança deste cenário transdisciplinar da política ambiental, o CEA ainda não alcançou totalmente os seus objetivos iniciais, devido a vários fatores intrínsecos institucional e a outros. Resta a esperança, porém, que atinja sua visão com metas eficientes, como o que vem ocorrendo com a publicação da *Holos Environment*.

Os artigos a serem publicados demonstram a evolução dos conceitos científicos a níveis nacional e internacional nestes últimos vinte anos e se aproximam dos conceitos das sustentabilidades ambiental, econômica e social.

Sâmia Maria Tauk-Tornisielo

Professora Titular e Pesquisadora 3, nível IV

Fundadora do Centro de Estudos Ambientais